

São Paulo — A condição mais importante para normalizar o relacionamento entre o Brasil e o sistema financeiro internacional é o país dispor de um programa econômico consistente, que gere estabilidade econômica e credibilidade, tanto interna quanto externamente, disse ontem o **senior general manager** do Lloyds Bank para a América Latina e o Extremo Oriente, David Pirrie, ao encerrar visita de uma semana ao país. Acrescentou que se deve evitar “qualquer artifício, como a capitalização dos juros”, que “atrase” a normalização das relações entre o Brasil e os credores e considerou “essencial” algum tipo de monitoramento por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Pirrie, que trabalhou muitos anos no Brasil quando o Lloyds era o Bank of London, e esteve aqui em abril, disse que os bancos tencionavam, no ano passado, chegar a um acordo para o reescalonamento plurianual da dívida externa — o que é conhecido pelos banqueiros internacionais pela sigla MYRA, de Multi Year Rescheduling Agreement. Ainda querem o MYRA. Mas isso só será possível quando tiverem confiança na política econômica do governo e certeza de que compromissos assumidos serão honrados. No ano passado, a incerteza ficava por conta da inflação incontrolável. Agora, depois do Plano Cruzado e das reformas da semana passada — que ele não teve tempo de estudar ainda — a incógnita maior é quanto ao futuro desempenho do setor público.

A grande dúvida é se o setor público vai passar pelo mesmo processo que o setor privado teve de passar durante a recessão, da qual saiu exibindo grande grau de eficiência. E o

que vai ser feito com o aumento da arrecadação fiscal? — indagou, lembrando que, no final de 85, com o pacote fiscal de novembro, o objetivo era reduzir a dívida pública interna a 0,5% do PIB. Ela cresceu, porém, para 4% e, agora, fala-se, de novo, que cairá para aquele pretendido nível de 0,5% do produto.

Pirrie não tem certeza, portanto, se a economia está no rumo certo, embora ache que realmente era preciso desaquecer a demanda, sem recessão, para o país poder continuar crescendo a taxa de 6% ao ano. Indagado se para manter o crescimento, — como argumenta o governo, ameaçando com a moratória ou suspensão de pagamentos internacionais — não seria necessário cortar substancialmente a transferência de recursos para o exterior, o executivo de Lloyds insistiu que “o X da questão é saber se o setor público irá se comportar como o setor privado, se tomará as mesmas medidas para ser mais eficiente como fez o setor privado”.

Ele considerou a discussão sobre a moratória “saúdável”, na medida que o debate interno leve a um melhor conhecimento do assunto, pois em geral ele é cercado de “retórica política”. Pirrie acha que credores privados, instituições multilaterais, como o Banco Mundial, empresas e governos estrangeiros, assim como o governo e as empresas brasileiras, todos estão de acordo na necessidade de normalizar o fluxo de recursos para dentro e fora do país. Mesmo o PMDB, quando fala de “endurecer” com os credores internacionais, acredita Pirrie, estaria querendo dizer que o fluxo de recursos tem de ser recíproco.